

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/07/2015 a 31/07/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Sumário

"Você se alimentou hoje? Agradeça ao produtor rural!" . Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 03/07/2015	3
Produtores rurais participam de audiência pública para debater invasões indígenas – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 03/07/2015.....	5
Cunha diz que ameaça ao grau de investimento vem da crise política. Fernando Taquari – Valor Econômico, Agronegócios. 14/07/2015.....	6
Reestruturação em curso no Ministério da Agricultura. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 14/07/2015	7
Sem crédito, agricultor faz "barter" . Fernando Lopes e Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 16/07/2015	8
Ministra quer novo modelo de seguro rural. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 21/07/2015	8
Governo garante pagamento integral do seguro rural de 2014 – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 22/07/2015	8
A Lei de Proteção de Cultivares: uma arapuca armada para Agricultura Familiar – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 23/07/2015.....	9
Secretário destaca ações do Mapa para fortalecer cadeias produtivas – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 27/07/2015	12
Conquista para Assalariados (as) Rurais! – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 29/07/2015.....	13
Governo busca democratizar acesso a crédito rural no país. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 30/07/2015	14

"Você se alimentou hoje? Agradeça ao produtor rural!". Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 03/07/2015

O pessimismo chegou ao agro. Vivemos momento de conflagração. Notícias de índices ladeira abaixo ou acima são destacadas em letras garrafais

Em funestas Andanças Capitais percebo o País um “pote até aqui de mágoa”, clima Berlim pós-guerra. Curioso o jorro de lágrimas ser mais forte entre empresários em reuniões, entrevistas e comes-bebes. E olha que nos comedouros frequentados se oferece maravilhas étlicas e gastronômicas a preços acima de Miami, o que talvez justifique os desejos imobiliários que miram a Flórida.

O pessimismo chegou ao agro. Em Araçatuba, encontro produtores de quiabos menos preocupados com o preço do produto do que com a possibilidade de alguém escorregar no quiabo e acioná-los na Justiça paranaense. O mesmo temor vem de bananicultor do Vale da Ribeira. As cascas. Na peixaria, o dono me revela escassez, caso todos no Congresso resolvam enfurnar um robalo (saúde de Ivan Lessa).

Vivemos momento de conflagração. Notícias de índices ladeira abaixo ou acima são destacadas em letras garrafais e nos olhares preocupados de William e Renata. Nove por cento pode ser comemorado, se índice de aprovação da presidente, ou lastimado, se projeção da inflação em 2015. Nas redes sociais o que se faz é rir e agredir. Seriedade zero.

Procurem manchetes sobre o Brasil ainda ser o quarto destino mundial de investimentos diretos. Respeito aos economistas estrangeiros que não alardeiam o caos. Agulhas no palheiro.

Mas, enfim, há um clamor nacional por mudanças. As ruas, as pesquisas. Oba!

Vamos parar com várias crises: sonegação de impostos, aumento de preços baseado em “expectativas”, o fosso social que ameaça patrimônios e integridade física, distração diante de pedidos de benemerência, privilégio do manejo pornográfico financeiro coonestado por taxas de juros ineficazes contra inflação que não é de demanda. Oba!

Como? Não? Tudo se resume à corrupção endêmica desde a Colônia, somente agora descoberta por eu Moro na filosofia?

Há mudanças tão importantes na sociedade quanto em todas as instâncias de governo. Sem elas, o que se procura é apenas assegurar dominação à taxa de 1% ao século.

Sob alertas dos poucos que já viram no que deu um Brasil assim e têm coragem para dizê-lo, tudo não passa de um ensaio para interromper o desfile da inserção social, mesmo que a escola de samba evolua em passo fascista.

“Pode ser a gota d’água”.

Nem Fla nem Flu, mas Botafogo na paciência

Parece inevitável. Embora expostas na coluna como complementares e não antagônicas, persistem comentários em nosso “FB Caboclo” opondo as agriculturas empresarial e familiar.

Famílias produzem em grandes propriedades culturas para o mercado interno e também commodities exportáveis; há empresas agropecuárias que fazem o mesmo; pequenos e médios agricultores, apoiados em programas como o PRONAF, optam entre culturas de alimentação (mais) e de exportação (menos); assentamentos familiares, bem apoiados e organizados, têm-se mostrado excelentes aparelhos produtivos.

Grande parte da gênese agropecuária brasileira vem de núcleos familiares, não importam dimensões ou opções produtivas. As diferenças devem ser procuradas nas exigências básicas de cada cultura agrícola ou atividade pecuária. Já escrevi aqui: boi não é cabrito e soja não é caju.

Na coluna anterior, o que sugeri foi aproximar, com maior equilíbrio na oferta de recursos a cada segmento, vetores educacionais, tecnológicos, burocráticos, e de segurança comercial e logística.

O modo de produção agropecuário no Brasil é inerente ao sistema capitalista e, como tal, deveria valer para todos agentes produtivos. Que não se espere uma revolução socialista a partir da agricultura familiar ou assentamentos, ou um massacre fascista vindo do complexo sojicultor ou sucroalcooleiro.

Este assunto deve ser debatido sem viés político. Para tanto recomendo lerem o relatório da FAO intitulado Estado da Alimentação e da Agricultura (em inglês).

O amanhã de cada um

Quantas vezes os caríssimos leitores já foram informados de que grande parte da falta de competitividade da agricultura nacional está nas vias de escoamento da produção, em especial devido ao privilégio dado ao modal rodoviário?

Folhas e telas cotidianas que inventaram a roda adversativa (“mas”) anunciam que “faltam grãos para as novas concessões” do governo federal: Ferrogrão, Bioceânica, Ferrovias Norte-Sul e ALL, BR 163 (MT-PA).

Segundo a matéria, “a safra de Mato Grosso precisaria quadruplicar” para atender a nova oferta. A primeira bobagem está em restringir a malha logística concessionada apenas ao estado que mais produz. Ela atenderá a todo Centro-Oeste, parte do Sudeste, e suas ramificações bimodais tangenciarão a nova fronteira agrícola (Maranhão, Piauí, Tocantins).

Vamos à segunda bobagem: o Mato Grosso levou apenas 15 anos para quadruplicar a produção de grãos. Ainda existem áreas a serem plantadas e níveis de produtividade que podem crescer. Duvideodó que todas essas obras se completem em prazo menor.

Critica-se que não planejamos o futuro. Como seremos competitivos e o “celeiro do mundo” sem investir na matriz logística?

Uma Cunha na coluna

Veículos em polos rurais importantes do Brasil circulam com o adesivo: “Você se alimentou hoje? Agradeça ao produtor rural”!

Em Ribeirão Preto (SP), amigo meu e do agro foi interpelado em frente a uma igreja evangélica:

- Que absurdo você colocou aí? Todo o agradecimento tem que ser dirigido a Deus. Ele que dá ao produtor rural a bênção de poder plantar!

“A Inquisição, versão Terceiro Milênio”.

Produtores rurais participam de audiência pública para debater invasões indígenas – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 03/07/2015

Cerca de 370 produtores rurais participam na manhã desta segunda-feira (06), a partir das 10h, de uma audiência pública na Assembleia Legislativa para debater as invasões de propriedades por indígenas em Mato Grosso do Sul. Os produtores virão em caravanas organizadas pela FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de MS de diversos municípios, em especial aqueles que enfrentam o problema dos conflitos fundiários.

A audiência foi solicitada pelos deputados estaduais Mara Caseiro (PTdoB), Zé Teixeira (DEM), Paulo Corrêa (PR), Antonieta Amorim (PMDB) e Eduardo Rocha (PMDB) após pedido feito pelos produtores rurais durante a reunião ocorrida no dia 29 de junho, na sede da Assomasul - Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul, para tratar do mesmo tema.

De acordo com os dados da FAMASUL, atualmente o Estado tem 88 propriedades rurais invadidas por indígenas. Deste total, três foram invadidas nas últimas semanas. "É cada vez mais urgente que sejam tomadas medidas definitivas para solução deste problema que há anos gera violência e insegurança no campo. A sociedade muitas vezes não percebe que o produtor sofre a violência dentro da sua casa injustamente, porque todas as propriedades invadidas têm documentação legal e reconhecida pelos órgãos públicos", ressalta o presidente da Federação, Nilton Pickler.

Segundo o presidente da Famasul, a instituição busca a pacificação e os meios legais para a retomada da posse das propriedades invadidas. "A federação tem atuado no sentido de orientar os produtores a buscar a Justiça e sempre evitar a violência".

Durante o encontro na Assomasul, Mara Caseiro disse que as invasões são uma ação orquestrada para acabar com o setor produtivo no País. "Me causa indignação ver as pessoas terem que sair de suas casas, vendo suas propriedades invadidas sem nada poderem fazer. Me causa desespero saber que as propriedades estão sendo depredadas, que as lavouras e insumos e estão sendo destruídos, e ninguém faz nada. Rasgam a Constituição brasileira e fica tudo por isso mesmo", disparou.

Sobre o Sistema Famasul – O Sistema Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de MS) é um conjunto de entidades que dão suporte para o desenvolvimento sustentável do agronegócio e representam os interesses dos produtores rurais de Mato Grosso do Sul. É formado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Fundação Educacional para o Desenvolvimento Rural (Funar), Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja/MS) e pelos sindicatos rurais do Estado.

O Sistema Famasul é uma das 27 entidades sindicais que integram a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Como representante do homem do campo, põe seu corpo técnico a serviço da competitividade da agropecuária, da segurança jurídica e da valorização do homem do campo. O produtor rural sustenta a cadeia do agronegócio, respondendo diretamente por 17% do PIB sul-mato-grossense.

Cunha diz que ameaça ao grau de investimento vem da crise política. Fernando Taquari – Valor Econômico, Agronegócios. 14/07/2015

SÃO PAULO - Às vésperas de concluir a votação da reforma política na Câmara e decretar o recesso parlamentar, o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), desembarcou na noite desta segunda-feira na capital paulista para ser homenageado pela Sociedade Rural Brasileira (SRB) com uma medalha de mérito pelo seu papel de liderança no Congresso e sua atuação no desenvolvimento do país. Concedida desde 1919, a honraria foi entregue a um rol restrito de autoridades políticas, que incluem nomes como o ex-presidente Juscelino Kubitschek e Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), da qual nasceu a Constituição de 1988.

Reunidos na sede da entidade no centro de São Paulo à espera de Cunha, empresários discutiam seus negócios e o cenário político e econômico do país em pequenas rodas quando o presidente da Câmara chegou acompanhado de assessores e seguranças. Depois de uma recepção calorosa, que incluiu cumprimentos, fotos e elogios de Gustavo Diniz Junqueira, presidente da SRB, o pemedebista retribuiu os afagos com um discurso sob medida para o setor ao ressaltar a crise política e econômica, criticar a articulação política do governo e defender o protagonismo do agronegócio para a retomada do crescimento.

Com a medalha no peito, Cunha disse que a presidente Dilma Rousseff não conseguiu, ao contrário das eleições anteriores, converter a vitória do PT em 2014 em uma hegemonia política para garantir a governabilidade. Aos indicadores negativos na economia, afirmou o pemedebista, se somaram os erros de articulação do governo, que culminaram numa crise de credibilidade que agora ameaça o grau de investimento do país, sobretudo pela instabilidade política. (“O rebaixamento da nota) se dá muito mais pelas condições políticas. Dificilmente alguém vai rebaixar o grau de investimento pela dificuldade momentânea que todos sabem que o Brasil tem a capacidade de crescer e reverter esse processo”.

Em seguida, o presidente da Câmara aproveitou para enaltecer o agronegócio ao dizer que o setor representa uma “ilha” em meio a um cenário de retração da economia, sendo determinante para o equilíbrio da balança comercial. “O poder público, se pelo menos não pode ajudar, que não atrapalhe. Já ajuda muito não atrapalhar”, declarou Cunha, que arrancou neste momento o primeiro de cinco aplausos durante seu discurso de aproximadamente 15 minutos.

À vontade, o pemedebista conquistou de vez a plateia ao enfatizar que o setor ruralista sofre com críticas injustas e desnecessárias. “Precisamos tirar essa rotulagem, essa discriminação de achar que a palavra ruralista significa a defesa de interesses torpes.

Não é. Não tenho nenhuma vergonha de participar ou defender a pauta do setor ruralista. O agronegócio contribui para o país”, argumentou.

Ao fim do discurso, defendeu uma legislação trabalhista própria para o setor rural. “Não dá para comparar operador de máquina agrícola com motorista de caminhão. Precisa discutir a realidade de cada negócio”, disse Cunha antes de encerrar com um recado: “A agenda de vocês é a nossa agenda”. Nas mesas, enquanto serviam o jantar, empresários elogiavam o discurso do pemedebista, alguns defendiam sua candidatura à Presidência e outros discutiam as possibilidades de afastamento da presidente Dilma Rousseff.

Reestruturação em curso no Ministério da Agricultura. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 14/07/2015

BRASÍLIA - A presidente Dilma Rousseff assinou hoje o Decreto 8.492, que traz critérios para ocupação de cargos de confiança do Ministério da Agricultura e também cria a Secretaria de Integração e Mobilidade Social. Com a reestruturação, a Pasta continua tendo seis secretarias, uma vez que a de Produção e Agroenergia foi extinta.

As alterações eram uma promessa da ministra Kátia Abreu, que em seu discurso de posse anunciou que faria modificações na estrutura administrativa da Pasta e criaria uma secretaria para cuidar de sua principal bandeira: dobrar a classe média rural em quatro anos, ascendendo 800 mil produtores das classes D e E para a classe C.

Apesar de ainda não ter sido nomeada, a futura secretária de Integração e Mobilidade Social, Tania Maria Garib, já foi anunciada diversas vezes pela ministra e participa da rotina do ministério. Ela é dentista com atuação na área social e terá a missão, segundo já explicou Kátia Abreu, de montar uma rede de assistência técnica associada a universidades, governos estaduais, prefeituras e Sistema S.

De acordo com o decreto, a nova secretaria contará com dois departamentos: o de Integração de Programas Governamentais e o de Articulação e Diálogo com a Sociedade. As demais secretarias permanecem as mesmas, embora com departamentos com nomes diferentes ou funções adicionais: Secretaria Executiva, Secretaria de Política Agrícola, Secretaria de Defesa Agropecuária, Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio e a Secretaria do Produtor Rural e Cooperativismo.

A área de Política Agrícola, por exemplo, ganhou o departamento de Infraestrutura, Logística e Geoconhecimento para o setor agropecuário. E a de Relações Internacionais também receberá dois novos departamentos: o de Negociações Não Tarifárias e o de Promoção Internacional.

Uma das novidades trazidas por essa estrutura administrativa está exposta no artigo 48 do decreto, segundo o qual os cargos de indicação política das 27 superintendências federais do ministério e dos órgãos ou estatais vinculadas (Conab, Embrapa, Ceplac e Inmet) “serão ocupados exclusivamente por servidores efetivos do quadro pessoal do ministério”.

Atualmente, órgãos como a Conab e algumas superintendências são ocupadas por diversas indicações de políticos com influência na Agricultura. Não raro, há casos de suspeitas de irregularidades, como a que motivou a prisão pela Polícia Federal, neste

ano, do ex-superintendente do Ministério no Rio Grande do Sul, Francisco Signor. Ele ainda é investigado por denúncias de cobrança de propinas a empresas fiscalizadas pelo ministério.

Sem crédito, agricultor faz "barter". Fernando Lopes e Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 16/07/2015

A troca de insumos por produtos agrícolas voltou a ganhar força no país em razão da escassez de crédito para custear os plantios e garantir investimentos em tecnologia nas lavouras. Esse tipo de "barter", que no passado chegou a responder por cerca de 10% das vendas em negócios com fertilizantes e defensivos, normalmente envolve um produtor, uma trading e uma companhia de insumos. Na situação atual, ajuda a financiar até grandes colheitadeiras, de R\$ 1 milhão.

Para essas máquinas, o sistema estreou no país com a New Holland, do grupo Fiat. Cinco negócios já foram fechados com produtores de soja desde maio, quatro deles envolvendo colheitadeiras, com o "barter" representando até 40% do valor negociado. Para participar desse escambo, o produtor rural precisa de um avalista e de uma Cédula de Produto Rural (CPR) correspondente ao volume de soja envolvido, se o valor do negócio ficar em até US\$ 250 mil. Acima disso, é exigida hipoteca da terra.

Ministra quer novo modelo de seguro rural. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 21/07/2015

Em meio ao atraso no pagamento de R\$ 700 milhões de subvenção ao seguro rural referentes a apólices contratadas em 2014, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, prepara um novo modelo para subsidiar parte do custo dos produtores rurais com a contratação de seguro de suas lavouras. Nesse novo modelo, federações de agricultura, associações do agronegócio e cooperativas vão gerenciar o uso dos recursos destinados à subvenção. Kátia presidiu por oito anos a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), sistema que controla os sindicatos rurais no país.

Governo garante pagamento integral do seguro rural de 2014 – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 22/07/2015

Medida atenderá mais de 50 mil agricultores em todo país

Todas as apólices subvencionadas pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) contratadas no ano passado já têm autorização para serem integralmente pagas no exercício financeiro de 2015.

A medida atende mais de 50 mil agricultores em todo país e possibilita o recebimento de parte dessas operações. Elas estavam pendentes e têm valor de R\$ 300 milhões. O texto foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff e publicado no Diário Oficial da União desta quarta-feira (22).

Os recursos da subvenção correspondem à suplementação orçamentária aprovada no final de 2014, que não puderam ser empenhadas no tempo devido.

Para que isso se concretizasse houve o empenho do governo, em especial da ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e da área econômica, na busca de uma solução para efetivar o compromisso assumido com os agricultores no ano passado.

“Esse ato da presidenta Dilma, em ano de ajustes na economia, demonstra a seriedade do governo no cumprimento de seus compromissos. A medida reforça a credibilidade para o seguro do produtor”, saudou a ministra Kátia Abreu.

A medida vai permitir que os produtores nessa situação possam ser efetivamente amparados por meio da subvenção econômica ao seguro rural, com montante correspondente a cerca de 5 milhões de hectares de área agrícola em todas as regiões do país.

A Lei de Proteção de Cultivares: uma arapuca armada para Agricultura Familiar – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 23/07/2015

Após longo período em latência no Congresso Nacional a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, “que institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências” é retomada por pressão de grandes empresas do agronegócio que atuam no ramo da produção e comercialização de sementes, mudas e insumos agropecuários. Somente na última semana foram realizadas duas Audiências Públicas na Câmara dos Deputados, sendo uma no dia 15/07, na Comissão Especial, e outra, dia 16/07, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Dois Projetos de Lei foram tomados por base para tais audiências públicas: o PL nº 2.325, de 2007, da Deputada Rose de Freitas (PMDB/ES), que propõe alterar a Lei nº 9.456/1997, para criar impedimento à livre comercialização da produção pelos agricultores sem a devida autorização dos obtentores, e o PL nº 827/2015, do Deputado Dilceu Sperafico (PP-PR), que amplia os direitos dos obtentores vegetais sobre o material de multiplicação das cultivares protegidas. Obtentores são pessoas ou empresas com domínio e direito de uso exclusivo sobre plantas, partes de plantas e sementes submetidas a determinadas tecnologias. Para ter acesso a essas sementes ou plantas os agricultores pagam altos preços para adquiri-las nos mercados. Além disso, pagam para reproduzir, multiplicar, armazenar, comercializar, prática comercial denominada royalties.

O que está por trás da Lei de Proteção de Cultivares?

As grandes empresas do agronegócio veem nesses projetos a oportunidade de reforçar o domínio sobre o mercado de sementes e outros meios de multiplicação de plantas. Somente o mercado de sementes, no Brasil, representa cerca de US\$ 4 bilhões, sendo considerado um dos mais sólidos para negócios no contexto mundial da indústria de sementes. Nos últimos anos, a produção brasileira de sementes saltou de 1,6 milhões de toneladas, em 2001, para mais de 3,0 milhões de toneladas em 2013. O setor de forrageiras saltou de 27 mil toneladas de sementes, em 2010, para 50 mil toneladas em 2013, com um faturamento de US\$ 600 milhões (agroanalysis, 2014).

Relatório recente do Grupo ETC – organização socioambientalista internacional que atua no setor de biotecnologia e monitora o mercado de transgênicos – revela que as seis maiores empresas, apelidadas de “Gene Giants” (Gigantes da Genética), controlam atualmente 59,8% do mercado mundial de sementes comerciais e 76,1% do mercado de agroquímicos, além de serem responsáveis por 76% de todo o investimento privado no setor.

Basta dar uma olhada na lista de cultivos geneticamente modificados já liberados para plantio comercial em território brasileiro pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) – cinco tipos de soja, 18 de milho e 12 de algodão, além de uma de feijão – para se ter a noção exata de que o clube dos transgênicos é para pouquíssimos sócios. Com exceção da nacional Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), todos os cultivos liberados até hoje no Brasil utilizam tecnologia transgênica e defensivos agrícolas produzidos pelas seis grandes empresas transnacionais que também lideram o setor de transgenia em nível global: Monsanto (Estados Unidos), Syngenta (Suíça), Dupont (EUA), Basf (Alemanha), Bayer (Alemanha) e Dow (EUA).

Portanto, o controle dos mercados de semente e plantas está no centro dos interesses das grandes empresas do agronegócio. Assim, voltam com força total sobre o Congresso Nacional para avançar mais e mais no controle da produção e mercados de sementes. E, controlando as sementes deterão o controle da produção de alimentos, induzindo os agricultores à uma dependência cada vez maior de uso de adubos e venenos por elas fabricados e ao pagamento de royalties, ou preço pelo uso das tecnologias disponibilizadas, sem o qual não poderão usar tais sementes e plantas. A expectativa das empresas é terem domínio total sobre o uso das sementes e plantas “melhoradas” por um período mínimo que vai até 25 anos, para espécies arbóreas e videiras e 20 anos, para as demais espécies. É tornar o agricultor dependente deste tipo de tecnologia para sempre.

Por esses métodos os agricultores são obrigados a comprar das empresas, ano após ano, as sementes para seus plantios. No caso das sementes produzidas com gene terminator, ou semente sem vida, nunca germinarão. Além disso, o gene terminator, ao contaminar variedades nativas ou espécies silvestres, destrói essas reservas genéticas. Esse tipo de variedade é de uso proibido pela Convenção sobre Biodiversidade das Nações Unidas, mas as portas estão abertas para sua implementação no Brasil.

Veja o recente caso da Monsanto, uma das multinacionais que controla a produção de sementes no mundo, que após ter distribuído sementes de Soja Intacta RR2 (variedade transgênica) por dois ou mais anos passou a cobrar royalties sobre o uso da mesma na moega, ou seja, ao dar entrada da produção nos armazéns. Para que isso não ocorresse, o Judiciário de Mato Grosso mandou suspender as cobranças. Entretanto, cogita-se que com as alterações propostas pelos Projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional as empresas poderão retomar com maior voracidade este processo. Segundo contratos assinados com a Monsanto para uso da referida semente os agricultores teriam que pagar cerca de 7,5% da produção na entrada nos armazéns, após a colheita.

Quais os principais prejuízos diretos da Lei de Proteção de Cultivares?

Com a Lei de Proteção de Cultivares os custos de produção serão onerados cada vez mais em função da cobrança direta de royalties sobre os pacotes tecnológicos agregados de alto custo, com adubos químicos e herbicidas, normalmente controlados e comercializados pelas mesmas empresas do agronegócio que controlam sementes outras formas de reprodução vegetativa de plantas.

A extinção das sementes crioulas ou sementes básicas normalmente utilizadas pelos agricultores em suas comunidades deixam esses agricultores dependentes da oferta de sementes controladas pelas grandes empresas do agronegócio, já citadas. E, aqueles agricultores que persistirem nos uso de sementes básicas, selecionadas ao longo de sua vida aos poucos as perderão por contaminação, a exemplo do que vem ocorrendo com o plantio de sementes geneticamente modificadas (transgênicas) de milho e soja, vizinhas das plantações de agricultores familiares e populações tradicionais. Reforça e acelera esta estratégia danosa a distribuição de sementes pelos governos sem a menor preocupação com a destruição do patrimônio genético local, com prejuízos incalculáveis à população consumidora e à natureza.

Por outro lado, estamos assistindo uma verdadeira paralisia do Estado diante de tamanho problema e risco à segurança e soberania alimentar e nutricional da população. É preciso que a Empresa de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAS) e Universidades, orientem suas pesquisas na contramão dessas tecnologias suicidas. É papel do Estado controlar o avanço das sementes geneticamente modificadas (transgênicas e terminator ou sementes suicidas), ampliando pesquisas que resultem em sementes/plantas varietais adaptadas as distintas realidades de solo e clima, especialmente, para agricultores familiares e comunidades tradicionais, aproveitando todo o potencial genético local.

Portanto, o Estado precisa reagir, reforçando os investimentos em pesquisas e melhoramentos de plantas e sementes crioulas, multiplicando os bancos de sementes por todas as regiões do Brasil, para atender com prioridade a demanda da Agricultura Familiar e comunidades tradicionais. Da mesma forma, é preciso: elaborar uma Política Nacional de Proteção das Sementes Crioulas e plantas nativas de importância alimentar; criar zonas livre de transgênicos, terminators e agrotóxicos, avançando na recuperação e melhoramento de métodos e técnicas de produção de alimentos de alta qualidade; realizar uma forte campanha sobre os perigos dos produtos geneticamente modificados à alimentação humana e de animais, em especial, pelo alto teor de agrotóxicos que normalmente contém; criar restrições comerciais à produção e distribuição de alimentos como rotulagem que identifica produtos transgênicos, dispondo-os separadamente nas gôndolas dos supermercados.

Quais providências CONTAG, Federações e Sindicatos podem tomar?

Lutar pela Regulamentação do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (TIRFAA), aprovado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) que tem por objetivo tutelar e incentivar: “a conservação e a utilização sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, e a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes da sua utilização, em harmonia com a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), em prol de uma agricultura sustentável e da segurança alimentar”.

Além disso, deve promover o debate sobre a “Convenção sobre a Diversidade Biológica” que: “reconhece a enorme contribuição de agricultores de todas as regiões do mundo à diversidade dos cultivos, e por isso regulamenta os “direitos dos agricultores” (preâmbulo e art. 9º); reconhece e prevê incentivos para manter a conservação on farm da agrobiodiversidade pelos agricultores (art. 5º e 6º); estabelece um sistema internacional multilateral para proporcionar o acesso facilitado aos recursos genéticos [...]; prevê que os usuários de recursos genéticos repartam os benefícios que obtêm do germoplasma utilizado no melhoramento genético com as regiões de onde esses recursos são originários, principalmente com agricultores provenientes dos países megadiversos em desenvolvimento (art. 10 a 13)”.

Ao mesmo tempo, a Movimento Sindical deve manifestar-se contrário ao Anteprojeto de Lei (APL) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em trâmite na Casa Civil da Presidência da República como proposta de regulamentação interna das normas do Tratado. Levando em conta que a CDB e o TIRFAA têm os mesmos objetivos (privilégio da conservação in situ e on farm, uso sustentável e repartição de benefícios), deve-se destacar que a proposta de lei em tela não cumpre, de modo apropriado, com o que dispõe o TIRFAA e exclui direitos consagrados no âmbito da CDB.

Por fim, é preciso compreender esse emaranhado de situações para não cair na arapuca armada da regulamentação forçada do Projeto de Lei de Cultivares (PLC) e, como contraponto, pressionar pela implementação urgente do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), uma política pública do Governo Federal criada para ampliar e efetivar ações para orientar o desenvolvimento rural sustentável, conforme prevê o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS).

Secretário destaca ações do Mapa para fortalecer cadeias produtivas – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 27/07/2015

Caio Rocha também destaca trabalho do ministério para impulsionar atividade agrícola no Norte, Nordeste e Matopiba

O desenvolvimento agropecuário das regiões Norte, Nordeste e dos estados que compõem o Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) foi destacado pelo secretário de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, Caio Rocha, durante coletiva de imprensa de prestação de contas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

As principais ações do projeto giram em torno da promoção de assistência técnica e da ascensão social da classe média. A extensão rural nas cadeias mais dinâmicas e a garantia de acesso à capacitação e formação profissional também foram dois pontos abordados no projeto.

Rocha destacou que o Mapa está promovendo ações para o fortalecimento das cadeias produtivas, levando em consideração as prioridades de cada unidade da Federação. No Rio de Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal, a agricultura orgânica é mais forte.

Em Minas Gerais e no Espírito Santo, o café é o produto que representa segmento amplo no setor e deve ter mais ações para o seu desenvolvimento.

Já nas regiões de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o leite representa 62,6% da produção leiteira brasileira.

De acordo com Rocha, a meta do ministério é dobrar as exportações de leite até 2018. Com o ritmo das negociações, a ministra Kátia Abreu se mostra otimista:

“O leite é um produto importante para o Brasil. De 5 milhões de produtores da bebida, 1,2 milhões ‘tiram’ leite e 850 mil vendem. A produção está subindo e o consumo não está alcançando esse tamanho. Temos que tomar providências para ampliação de mercados internos e externos”, disse.

Conquista para Assalariados (as) Rurais! – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 29/07/2015

O Lançamento do Plano Nacional dos Trabalhadores (as) Rurais Empregados nesta quarta-feira (29) na sede da CONTAG, marca mais uma conquista para os assalariados (as) rurais, que são os precursores (as) da criação do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

Um avanço que é fruto da luta contínua da CONTAG, Federações e sindicatos filiados, pois através de suas ações estratégicas vêm pautando políticas públicas diferenciadas para categoria.

E foi como resposta do grito que vem dos assalariados (as) rurais e se reproduz pelo MSTTR, que o PLANATRE chega com o objetivo de contribuir na implementação de Programas e Ações para fortalecer os direitos sociais e a proteção social dos trabalhadores e trabalhadoras rurais empregados (as).

“Esta é uma grande agenda positiva para o Brasil, pois são 4 milhões de assalariados que produzem a riqueza do país, e que hoje são contemplados com PLANATRE. Nosso desejo é que os 4 eixos propostos no PLANATRE sejam devidamente efetivados”, destacou o presidente da CONTAG, Alberto Broch, após receber das mãos do Ministro do MTE, Manoel Dias, a cartilha do PLANATRE.

Alberto ainda aproveitou a presença dos representantes do Governo Federal, para lembrar das reivindicações da pauta da Marcha das Margaridas, acesso ao Crédito Fundiário e encerrou destacando.

“Vamos dialogando para que o Brasil avance e que a classe trabalhadora tenha seus direitos garantidos”.

O combate a informalidade foi lembrado na fala do secretário de Assalariados (as) Rurais da CONTAG

“Essa Política é importante pois garante o combate a informalidade. Considero que muito ainda vamos construir ao longo dessa caminhada. Precisamos implementar essa Política, avançando em questões como acesso à terra, habitação rural, educação, saúde, entre outras condições estruturantes para o campo que queremos. Os assalariados (as)

estão em festa por essa conquista”, destacou o secretário de Assalariados (as) Rurais da CONTAG, Elias D’Ángelo Borges, aos fazer uso da sua fala no Lançamento do PLANATRE.

A secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, Alessandra Lunas após saudar todas e todos em nome da luta de Margarida Alves, destacou desafios para as mulheres assalariadas rurais dentro do PLANATRE e encerrou sua fala convidando todas e todos estarem presentes nos dias 11 e 12 de agosto na 5ª Marcha das Margaridas para reivindicar por várias políticas públicas para as mulheres do campo, floresta e águas.

Falas do Governo Federal

Os ministros da Presidência da República, Miguel Rosseto e do M TE, Manoel Dias, presentes na solenidade de Lançamento do PLANATRE, reconheceram a importância da CONTAG na garantia dos direitos dos (as) assalariados (as) rurais.

“60% dos assalariados são formais hoje, devido nosso trabalho conjunto entre o M TE e organizações parceiras como CONTAG. Ainda este ano queremos nomear 350 novos funcionários e em 2016 fazer concurso para auditores fiscais do trabalho”, destacou o Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias.

Manoel Dias ainda citou recursos que estão transformando a realidade social do Brasil, como 84 milhões para construção de casas próprias; 7 bilhões aplicados no fundo de garantia; 9 bilhões para saneamento básico, entre outros recursos que estão transformando a vida dos brasileiros (as).

Já o Ministro da Presidência da República, Miguel Rosseto, após parabenizar a CONTAG por sua grande história de luta, afirmou que é inaceitável aceitar as condições degradantes dos assalariados (as). “Precisamos coibir tal situação que além de antiética e lamentável”. O Ministro ainda aproveitou para destacar o compromisso do Governo Federal com as demandas das mulheres na pauta da Marcha das Margaridas.

Além dos Ministros da Presidência, e Trabalho e Emprego, o ministro da Saúde, Arthur Chioro, que assinou durante a solenidade um Termo de Cooperação Técnica entre as duas instituições para a formação de lideranças sociais, agentes, conselheiros de saúde, gestores e trabalhadores rurais para o fortalecimento do controle social das políticas públicas de saúde.

Governo busca democratizar acesso a crédito rural no país. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 30/07/2015

O governo decidiu acabar com as possibilidades de contratação de crédito rural para custeio acima do teto estipulado pelo Plano Safra, como era permitido até a temporada 2014/15, depois de constatar que os bancos estavam emprestando um montante próximo de R\$ 20 bilhões a um número de produtores considerado pequeno (ver infográfico abaixo). As restrições, portanto, são uma tentativa de diluir as liberações e democratizar um pouco mais o acesso a esses recursos, que, em sua maior parte, têm juros subsidiados pelo Tesouro.

Normalmente clientes já importantes para os bancos, esses produtores de maior porte, juntos, responderam por apenas 0,6% de um total de 754 mil contratos envolvendo crédito rural para custeio fechados no ciclo 2014/15. E o valor que contrataram foi equivalente a quase 35% do total de R\$ 55,2 bilhões em crédito rural reservado pelo governo para custeio no ciclo.

É essa concentração que as resoluções já aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - que elevaram um pouco os limites de tomada de crédito por produtor, mas extinguiram as alternativas usadas para driblar os tetos - buscaram combater. O novo arcabouço foi editado quando a presidente Dilma Rousseff lançou o Plano Safra 2015/16, no dia 2 de junho.

Na segunda-feira, quando fez um balanço dos primeiros seis meses de sua gestão, a ministra Kátia Abreu explicou que a ideia central do governo foi de fato democratizar o acesso aos financiamentos com recursos controlados, sempre preferidos pelos produtores diante dos elevados juros de mercado cobradas pelos bancos. "O que nós observamos nessas práticas é a repetição do mesmo personagem [produtor]", disse a ministra. "Essa escolha não ficará a cargo só de banco que fica olhando a situação cadastral mais favorável", advertiu.

Nesse quadro de financiamentos acima dos tetos estabelecidos pelo governo havia duas situações. Em 2014/15, por exemplo, era permitido que produtores tivessem acesso a um volume de crédito até 45% superior ao limite de R\$ 1,1 milhão desde que comprovassem inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), aquisição de sementes genéticas (básicas ou certificadas) ou a prática de plantio direto na palha. Dada a reação negativa de muitos produtores, o governo até admite rever as restrições impostas nessa frente e permitir algum limite adicional.

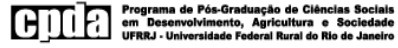
Mas havia uma "segunda via" para a ampliação da tomada de crédito rural, denominada de "extra-teto", pela qual os bancos também podiam destinar até 10% das suas fontes de crédito rural para empréstimos sem limite - geralmente valores superiores a R\$ 1,5 milhão -, em uma clara estratégia para atrair grandes clientes e, teoricamente, diminuir riscos.

Uma fonte da equipe econômica diz que essa medida tem relação com uma estratégia de médio a longo prazos para estimular o aumento de oferta de crédito nesse mercado, que também inclui a desburocratização do processo. "Temos que atrair novos players e novos clientes. Nos últimos dez anos muitos bancos saíram do mercado de crédito rural", diz. "A concessão de crédito está muito concentrada em poucos bancos."

Coordenador
Sergio Leite



Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Secretária
Diva de Faria